O exercício da Cidadania pelas Crianças e Adolescentes no combate à violência nas escolas

The exercise of Citizenship for Children and Adolescents in combating violence in schools

Claudia Cristina T. G. de Araujo Costa

Mestranda em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos no Centro Universitário Salesiano de São Paulo

E-mail: claudiacristina28@gmail.com

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontificia Università Lateranense (Roma)

Professor e Pesquisador no Programa de Mestrado em Direito do Centro Unisal – U.E. de Lorena (SP)

E-mail: lino.rampazzo@uol.com.br

Resumo: O presente artigo versa sobre a importância do exercício da cidadania pelas crianças e adolescentes para coibir a violência nas escolas, o *bullying* e seus reflexos na educação. É notório que a escola sofre a influência dos comportamentos da juventude obcecada na informação eletrônica, que domina o ambiente escolar, de forma a gerar consequências negativas a suas vítimas. Desta forma, cabe ao Estado, à sociedade, à família e à escola cumprirem o seu papel social na formação desses jovens e crianças, de modo a conduzi-los ao exercício do bem comum. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, por meio das quais se cruzaram os dados referentes aos conceitos de cidadania, educação, *bullying* e violência escolar. O artigo tem por objetivo propor soluções para a melhoria da prestação de serviços educacionais, seja na esfera pública ou privada, de modo que haja uma conscientização do papel da família e da escola na formação de conceitos éticos e morais para desenvolver na juventude o despertar da sua importância no desenvolvimento do país. Ressalta-se também que, apesar deste estudo não esgotar o tema tratado, a pesquisa tem a finalidade de despertar uma reflexão acerca da relação entre Direito e Educação.

Palavras-chave: Cidadania; Criança; Adolescente; *Bullying*; Escola.

Abstract: This paper discusses the importance of citizenship by children and adolescents to curb violence in schools, bullying and its effects on education. It is clear that the school is influenced by behaviors obsessed youth in electronic information, which dominates the school environment in order to generate negative consequences to their victims. Thus, the State, society, the family and the school fulfill their social role in the formation of these young people and children, in order to lead them to the exercise of the common good. The epistemic method adopted was the literature, through which crossed the data relating to the concepts of citizenship, education, bullying and school violence. The article aims to propose solutions to improve the provision of educational services, whether in the public or private sphere, so that there is a family role of awareness and school in the formation of ethical and moral concepts to develop in youth the awakening of its importance in the development of the country. It also emphasizes that although this study does not exhaust the topic covered, the survey aims to awaken a reflection on the relationship between law and education.

Keywords: Citizenship; Child; Adolescents; Bullying; School.

Introdução

A violência escolar é um desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira, pois o ambiente escolar deveria transmitir segurança aos jovens e crianças, de modo a não ter como objetivo primordial somente o conhecimento técnico, mas também, como instituição educacional, ser capaz de auxiliar no despertar da conscientização social e na propagação do bem comum pelos seus docentes.

A educação estimula o exercício da cidadania e da partilha, além de preparar as crianças e os adolescentes para o mercado de trabalho, de forma a desenvolver a dignidade da pessoa humana, no que tange a sua capacidade de promover seu próprio sustento e auxiliar no desenvolvimento do próprio Estado. Entretanto, a educação enfrenta: a influência da tecnologia da informação; a violência que é observada no cotidiano; a discriminação; as diferenças sociais, em que uns têm muito e outros pouco têm para a sua subsistência; e a ausência dos pais, pois há a necessidade de prover o sustento familiar. Desta forma, há uma carência no acompanhamento mais próximo das crianças e adolescentes.

Uma das grandes preocupações dos pais na atualidade é o aumento do comportamento violento entre as crianças e os adolescentes. Dessa forma, o *bullying* assume um crescente papel nas escolas, atingindo os alunos de todas as idades e classes sociais, basta que um “valentão” almeje se fazer prevalecer e a violência se consuma.

A partir dessa realidade, o presente artigo vai começar analisando a supremacia do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e apresentando breves apontamentos sobre a evolução do conceito de cidadania. Em seguida, serão considerados a importância da educação na prevenção da violência escolar e os reflexos do comportamento violento nas escolas. Por fim, vai se procurar a contribuição especificamente jurídica contra o *bullying*.

1 A supremacia do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O princípio da dignidade da pessoa humana é considerado atualmente como princípio matriz de toda a estrutura normativa brasileira. Como princípio constitucional, está previsto no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna, ressaltada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil¹. Em diversos artigos, a Carta Magna referenda tal princípio como norteador do Estado Democrático de Direito ao tratar da proteção à vida, do direito à saúde, à moradia digna, garantindo a liberdade, a igualdade, o acesso à justiça, bem como quando trata do meio ambiente sustentável, capaz de atender às necessidades sociais presentes e futuras.

Montoro especifica os direitos decorrentes da "qualidade de pessoa humana" nestes termos (2009, p. 538):

(...) direitos próprios e exclusivos dos indivíduos são os que pertencem ao indivíduo, em sua qualidade de pessoa humana, compreendendo: as liberdades individuais, como ao direito à vida, à integridade física, à liberdade, ao trabalho, à honra, à reputação, etc.; os direitos individuais em relação à família, como o direito à

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana; (Constituição Federal de 1988).

filiação, ao parentesco, ao nome, direitos e deveres dos cônjuges, etc.; outros direitos individuais como o de participar do processo político, sindicalizar-se, etc.

Como fundamento do Estado Democrático de Direito a Dignidade da pessoa humana "trata da própria condição humana (e, portanto, do valor intrínseco reconhecido as pessoas no âmbito de suas relações intersubjetivas) do ser humano, e desta condição e de seu reconhecimento e proteção pela ordem jurídica constitucional decorre de um complexo de posições jurídicas fundamentais." (SARLET, 2004, p. 147).

Assim, por ser um dos fundamentos do Estado democrático de direito, a dignidade da pessoa humana deve ser respeitada em sua integralidade, de modo que é vedado qualquer tratamento discriminatório que atente à vida em sua plenitude.

Robert Alexy (1993, p. 86-87) afirma categoricamente que não teria valor o direito de liberdade se não tivesse atrelado os seus pressupostos fáticos para poder-se fazer uso dele. Dessa afirmação se deduz que a satisfação do mínimo existencial é um momento crucial para que aquela pessoa excluída da sociedade por carência de recursos possa, depois de receber apoio estatal, participar ativamente das deliberações do Estado, expressando assim, de forma autônoma a sua convicção.

É notório que a dignidade da pessoa humana, a partir do resguardo previsto na Magna Carta de 1988, tutela o comprometimento de tratamento à pessoa humana, sem qualquer discriminação, de sexo, idade, cor, religião: apenas deve ter a capacidade de atender a padrões que respeitem e garantam a vida digna a todos. Por ser um princípio fundamental para a soberania do Estado Democrático de Direito, deve ser respeitado em sua integralidade, sem restrições.

No que concerne aos direitos fundamentais a abrangência da proteção às crianças e aos adolescentes é expressa no artigo 227 caput da Constituição Federal², que assevera como dever da família, da sociedade e do Estado assegurarem para as pessoas em formação, em prioridade, toda assistência necessária para o desenvolvimento pleno, capaz de corroborar para a garantia de uma vida digna.

Observa-se que, para a formação das crianças e dos adolescentes, é imprescindível uma atuação eficaz da família, pois é através dela que esses indivíduos em formação terão as primeiras lições da vida em sociedade, o exercício da cidadania e a busca do bem comum; de

² Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

modo que a própria Magna Carta estabelece que a família é a base da sociedade.³ Portanto, a família não pode negligenciar a sua função no cerne da sociedade, nem delegar para outro a formação e a inicialização do desenvolvimento da cidadania, que será também aprimorada no ambiente escolar.

É um desrespeito à dignidade da pessoa humana o fato de, na sociedade brasileira, encontrar crianças e adolescentes utilizando as ruas como moradia, refúgio, abrigo, como reflexo de serem vítimas da violência doméstica, ou até mesmo serem abarcados pelo abandono familiar. Da mesma forma é uma afronta manter um indivíduo em formação, sem frequentar uma escola que o capacite para um futuro melhor.

Neste contexto, é necessária uma atuação em conjunto, da família, da escola, da sociedade e do Estado, pois todos são responsáveis pelo desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes na sociedade brasileira.

Entretanto é preciso uma formação educacional para o futuro. Neste sentido a escola estimula o exercício da cidadania e da partilha, além de preparar as crianças e os jovens para o mercado de trabalho, de forma a desenvolver a dignidade da pessoa humana, no que tange a sua capacidade de promover seu próprio sustento e auxiliar no desenvolvimento do próprio Estado.

2 Breves apontamentos sobre a evolução do conceito de cidadania

O conceito de cidadania, diante das transformações sociais vivenciadas, sofreu transformações, inclusive devido ao contexto histórico vivenciado por determinada sociedade.

A palavra “cidadania” provém do latim *civitatem* que significa cidade. Isto remete ao termo grego *polis*, cidade-estado antiga: um tipo de organização a que é atribuído, pela maioria dos historiadores, o conceito tradicional de cidadania. Nesta época "cidadania" se restringia à participação política de determinadas classes sociais. Cidadão era o que morava na cidade e participava de seus negócios excluídos (BARACHO, 1994, p. 1).

Aristóteles definia cidadão como aquele que participava politicamente da gestão da polis, ou seja, concretizava-se pela participação política e exercida apenas por determinadas classes sociais. Nessa situação, mulheres, crianças e escravos eram excluídos.

Na época moderna, Thomas Hobbes preocupou-se em explicar a formação do Estado pelo contratualismo vertical, de modo que não analisou a cidadania diretamente. Assim o

³ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

cidadão depositava no rei a fonte da proteção social, pois em tempo anterior ao Estado reinava o caos. Assim Hobbes enriqueceu o conceito de cidadania, individualizando-a e relacionando-a ao momento em que o sujeito, no seu estado de natureza, buscando a paz diante da “guerra perpétua”, voluntariamente se submete ao soberano. Para Hobbes, neste estado de submissão o indivíduo se reconhece como cidadão, limitando a sua liberdade e recebendo em troca a proteção do Estado (HOBBS, 2002, p. 32-34).

O primeiro estudioso que criou um conceito fixo de cidadania foi Marshall, de forma que, na sua visão, a cidadania se divide em três diferentes dimensões: a civil, a política e a social. Os direitos civis são concebidos no século XVIII, os direitos políticos e sociais os são nos séculos XIX e XX, respectivamente. Os primeiros direitos estariam facilmente visualizados pela liberdade individual e igualdade formal; os direitos políticos, pela liberdade de associação e reunião, assim como pela organização política e sindical, sufrágio universal, entre outros; os direitos sociais, por sua vez, são os relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ou seja, às garantias de acesso aos meios de vida que possibilitem o bem-estar social (BRITO, 2012).

Na concepção de Hannah Arendt a cidadania foi conceituada como o estado de pertencer a uma comunidade capaz de lutar pelos direitos de seus integrantes como o “*direito de ter direitos*”. (1993, p. 299).

No conceito moderno, a cidadania deixa de ser apenas o direito destinado ao indivíduo de participar ativa e passivamente do processo político. É mais que isto, é também o Estado para com cidadão, dever de ofertar o mínimo existencial para garantir-lhe a dignidade (MELO, 2013).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 a cidadania está expressa no artigo 1º, inciso II como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.⁴ A expressão também é empregada no artigo 5º, inciso LXXI, ao asseverar que “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. No inciso LXXIII, do artigo 5º, está expresso que “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular”. Dessa forma, observa-se que o exercício da cidadania, na atual Carta Magna, ultrapassa os limites do direito de votar e ser votado, ser cidadão garante direitos além de deveres.

⁴ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
II - a cidadania; (Constituição Federal de 1988).

Neste contexto, Arnesen explica o significado de cidadania nestes termos (2010, p. 11):

Trata-se de um pressuposto de exercício de direitos fundamentais que, muito além de sua mera titularidade no plano de direito positivo, envolve os mecanismos jurídicos de sua efetivação. Estes instrumentos correspondem à organização na Constituição Federal e/ou na Lei de implementação desses direitos fundamentais (tal como ocorre com o direito à educação, minuciosamente regulado na Constituição Federal, desde os objetivos do sistema de ensino até as reservas orçamentárias mínimas).

Através da Constituição Federal de 1988, conhecida como cidadã, devido aos direitos e garantias assegurados aos indivíduos, com base no artigo 5º que expressa que “todos são iguais perante a lei”, é notório que essa igualdade abrange as crianças e adolescentes, já que a discriminação não é aceita no ordenamento jurídico pátrio. Não abarcá-los nos direitos e na proteção estatal simplesmente porque são inimputáveis seria uma contradição pois, sendo indivíduos em formação, merecem a proteção e colaboração do Estado, da sociedade, da família e da escola na sua formação e no desenvolvimento de sua cidadania.

Entretanto, como as crianças e adolescentes estão em processo de desenvolvimento, a escola assume um papel importante na sociedade, pois auxilia em primazia a cidadania a esses indivíduos. Nesta esteira, Siqueira Júnior (2009, apud ALKIMIN; NASCIMENTO, 2012, p. 98), coloca com clareza que:

A cidadania credencia o cidadão a atuar na vida efetiva do Estado como partícipe da sociedade política. O cidadão passa a ser pessoa integrada na vida estatal. A cidadania transforma o indivíduo em elemento integrante do Estado, na medida em que o legitima como sujeito político, reconhecendo o exercício de direitos em face do Estado.

Não restam dúvidas de que a escola é um importante ambiente de integração das crianças e adolescentes, pois é um local diverso da família no qual esses indivíduos aprendem a exercer a cidadania, desenvolvem a busca do bem comum e o espírito de cooperação e solidariedade.

3 A importância da educação na prevenção da violência escolar

O ser humano está em constante transformação e adaptação ao ambiente em que vive, assim busca a construção de valores, conhecimentos, comportamentos, que adquire durante a sua convivência em seu meio social.

A escola é parte integrante na formação e desenvolvimento do indivíduo, atua na sua formação integral, preparando-o para o convívio na sociedade. Segundo Alkimin (2012, p. 16), tomando-se por base o binômio educação-escola, pode-se afirmar que a educação

representa a técnica social e a escola o local privilegiado onde a educação se efetiva, sendo aquela, assim, a instituição onde tal técnica social se manifesta e influencia o comportamento humano de forma que se enquadre nos padrões da sociedade e nas regras do bem viver.

Diante da importância da educação na vida do homem, esse direito encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º: “São direitos sociais a educação [...]”. Desse modo, o direito à educação é um direito fundamental, especificamente social e deve ser garantido a todos sem discriminação.

A Educação, expressa no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 como garantia de todos e um trabalho em conjunto do Estado, da família e da própria sociedade, apresenta importante papel no que concerne aos objetivos do Estado Democrático de Direito.

Considerando-se o vocábulo “educação” como decorrência do termo latino *educere*, que significa "fazer brotar", o foco estará no desenvolvimento da capacidade humana para a interação social e sua construção individual. Muito mais do que instruir os alunos sobre português, matemática, geografia ou história, a educação deve estar comprometida com a construção do sujeito, auxiliando-o na formação da identidade, estabelecendo boas relações com o outro, buscando o desenvolvimento da personalidade do ser humano e construindo sua cidadania (MENESES, 2008, p.19).

A Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior, prevê no artigo 2º: “a educação [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nessa esteira, a educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social.

No que tange à qualificação para o trabalho, considerado pela Constituição, como um dos objetivos da educação, Alexandre de Moraes assim se expressa:

A educação brasileira visa, também, desenvolver no educando, com a participação do Estado, da família e da sociedade, a qualificação para o trabalho, conforme estabelece o artigo 205 da Constituição Federal. É por meio do trabalho que o homem garante sua subsistência e o crescimento do país. Por isso, a Constituição Federal, em diversas passagens, dispõe sobre a liberdade, o respeito e a dignidade do trabalhador. (MORAES, 2002, p. 50).

É notório que a educação é imprescindível no despertar a cidadania⁵, além disso, é um importante atributo para ascensão profissional e mobilidade social por ser um mecanismo capaz de possibilitar a formação do jovem no desenvolvimento da dignidade da pessoa humana no que tange a sua capacidade de enfrentar o mercado de trabalho, em busca de promover o seu próprio sustento e auxiliar no progresso do Estado em que reside.

Segundo Freire (1982), a concepção de educação está fundada no caráter inconcluso do ser humano, pois o homem não nasce homem, ele se forma homem pela educação. Por isso educação é formação. Nesta linha de raciocínio, ele afirma:

O que quero dizer é que a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização [...] (FREIRE, 1982, p. 20).

Por sua vez, Paulo Meksenas (1992, apud ALKIMIN; NASCIMENTO, 2012, p. 17), com muita clareza, exprime que:

Na prática, a vinculação entre Estado e educação se dá através da escola, pois é por meio desta instituição que o Estado consegue exercer controle efetivo sobre os indivíduos. A escola, através de suas normas e conteúdos, inculca nos indivíduos valores sociais desta dada sociedade. A supervisão sobre essas normas e conteúdos é encargo do Estado, que atinge a escola através do Ministério e secretarias de Educação.

Dessa forma, a escola deve ser um ambiente que estimule a criatividade de modo a criar um mecanismo auxiliador no processo do despertar intelectual dos adolescentes e crianças, um local em que estes jovens sintam-se estimulados a refletir, aprender valores, inclusive serem capazes de reproduzir os seus sonhos, criar expectativas para a vida adulta. Outro ponto que merece ser destacado é que o ambiente escolar precisa ensinar aos adolescentes e crianças a não discriminar, estimulá-los a respeitar as diferenças e não apenas serem meros repetidores de conteúdos programados que lhes garanta aprovação em universidades renomadas.

No que concerne o direito à Educação, previsto no artigo 227 da Magna Carta, foi regulamentado pelo artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), estabelecendo:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II- direito de ser respeitado por seus educadores;

⁵ Cidadania: qualidade ou estado de cidadão; vínculo político que gera para o nacional deveres e direitos políticos, uma vez que o liga ao Estado. É a qualidade de cidadão relativa ao exercício das prerrogativas políticas outorgadas pela Constituição de um Estado democrático. (DINIZ, 1998, p. 575).

III -direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Neste contexto, o direito à educação e ao acesso à escola é essencial para a formação integral da criança e do adolescente, de modo que corrobora para o desenvolvimento do indivíduo em formação, contribuindo também para o exercício da cidadania. Desta forma, até o comportamento violento aprendido nas relações interpessoais pode ser transformado em um comportamento não violento, através da compreensão e do respeito ao próximo.

4 Os reflexos do comportamento violento nas escolas

A criança e o adolescente exprimem em sua vida cotidiana a cultura na qual estão inseridos e principalmente, os sentimentos armazenados durante o convívio com seus familiares. Além disso, nas escolas ou em outras atividades sociais, convivem com outras crianças e adolescentes que receberam conceitos diferentes dos seus familiares, mas que podem influenciá-los positivamente ou negativamente.

A desigualdade social e a falta de incentivo nas escolas em despertar o desenvolvimento nas crianças e adolescentes do exercício e da prática do bem comum induzem esses indivíduos em formação a cometerem a violência. É comum nas famílias a situação dos pais que dispensam maior tempo com o trabalho para garantir o sustento familiar. Assim, esse sentimento de carência afetiva leva as crianças e os adolescentes a suprirem, de alguma forma, as suas necessidades de igualdade e inclusão na sociedade através da sua imposição aos mais fracos para se sentirem fortes.

A convivência de crianças e adolescentes na escola pode ser marcada por momentos intensos ou esporádicos de violências, cuja prática gera grande repercussão, sendo, inclusive, objeto de exploração pela mídia nacional e internacional. Contudo, a violência na escola ainda é tratada de forma natural, como se fizesse parte da convivência entre crianças e adolescentes. Entretanto a violência atinge a sua vítima de forma avassaladora, capaz de afastá-la da escola e até do convívio social por medo e ameaça (ALKIMIN; NASCIMENTO, 2012, p. 32).

Assim, depara-se com a tolerância familiar diante de comportamentos transgressores. Observa-se que há uma alienação no sentido de não desejar decepcionar ou disciplinar os filhos, de modo a evitar desavenças familiares, como forma de compensação por estarem trabalhando e não terem mais a dedicação no cuidado com seus os filhos. Essa condução na

educação leva os filhos a fazerem prevalecer a sua vontade perante os demais, muitas vezes até de forma autoritária. Diante disso, cria-se a imagem de um ambiente familiar saudável, no qual estão todos felizes, não ocorrem brigas ou discussões, apenas todos têm a sua vontade prevalecida, sem limites.

De acordo com Silva (2010, p. 21) a definição do vocábulo *bullying* deriva de uma palavra inglesa *bully*, que significa “valentão”, é utilizado para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, realizados de maneira recorrente ou intencional.

As vítimas do *bullying* podem apresentar diversos sintomas físicos entre os quais, cefaléia, palpitações, desmaios, transtorno do pânico, podem desenvolver fobia social, fobia escolar, depressão e baixo rendimento escolar. Assim, o *bullying* ultrapassa os limites de uma brincadeira inocente entre os adolescentes ou crianças e os praticantes de *bullying*, chamados *bullies* apresentam como estratégias o abuso de poder, a intimidação e a prepotência de forma a manter as suas vítimas sob total domínio, que, por medo, calam-se e vivem numa angústia que pode ter como consequências distúrbios emocionais, psicológicos e físicos.

Nesta seara, analisando as consequências para a vida da vítima, Maria Aparecida Alkimin e Grasielle Augusta Ferreira Nascimento (2012, p. 43) esclarecem (2012, p. 43):

Além das consequências psicofísicas, o *bullying* também pode afetar todos os seguimentos da vida da vítima, comprometendo seu aprendizado e convívio escolar e sua convivência familiar, pois a desestabiliza e rompe o equilíbrio de suas relações com outras pessoas, inclusive familiares. A vítima fica aprisionada no silêncio, na retração e no isolamento, que levam à depressão e à adoção de comportamento agressivo, podendo ainda, praticar ou sofrer o *bullying* no local de trabalho, no meio social ou familiar em que vive.

Devido às sérias consequências que acometem as vítimas do *bullying*, essa violência enfrentada, principalmente no ambiente educacional, não deve ser ignorada ou tratada com indiferença, seja pela escola, pela família, pela sociedade ou pelo Estado, pois as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos garantidos pela Constituição Federal: deste modo devem ser respeitados e protegidos.

Com o avanço da tecnologia, surgiu a nova modalidade de *bullying*: o *ciberbullying*, em que os praticantes utilizam, na sua prática, os mais atuais e modernos instrumentos de *internet* e de outros avanços tecnológicos na área da informação e da comunicação, com o covarde intuito de constranger, humilhar e maltratar as suas vítimas (SILVA, 2010, p. 128).

Nessa modalidade virtual de violência, é difícil para a vítima encontrar o agressor, pois há a possibilidade do anonimato, fato que reforça a crueldade de quem o pratica. Além

disso, os praticantes do *ciberbullying*, utilizam apelidos, nomes de outras pessoas conhecidas ou até personagens de filmes.

É fato que, como a velocidade da transmissão da informação é rápida e atinge números muito maiores de “amigos”, a imagem da pessoa é difamada imediatamente. Antes a agressão se limitava ao ambiente escolar; mas, na agressão virtual, as provocações e humilhações atormentam as vítimas permanentemente.

Desse modo, a escola deve adotar meios de restringir o uso de celulares ou equipamentos eletrônicos sem a devida autorização e, principalmente, as atividades que necessitem do uso de equipamentos eletrônicos devem ter o acompanhamento do professor.

É saliente que a família também deve monitorar o uso dos aparelhos celulares dos seus filhos para que possam impor as regras quanto ao uso do equipamento e também para que tenha ciência de como esses jovens estão fazendo uso da tecnologia. É importante alertá-los sobre o *bullying* e acompanhar o seu comportamento, pois podem ser atores ou vítimas dessa violência tão frequente atualmente.

5 Proteção jurídica contra o *bullying*

A dignidade da pessoa humana, como princípio constitucional, está prevista no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna, sendo ressaltada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, como foi visto acima.

É nesta linha de raciocínio o entendimento de Flávia Piovesan:

A dignidade da pessoa humana, (...) está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora “as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro. (PIOVESAN, 2000, p. 54)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90, no artigo 5º, prescreve que a criança e o adolescente devem ser protegidos contra qualquer tipo de violência e discriminação.⁶

Assim o *bullying* fere os princípios instituídos pela Constituição Federal de 1988, principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana e ainda alguns direitos fundamentais por essa previstos.⁷

⁶ Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

No que concerne o artigo 927 do Código Civil de 2002, em relação à culpa *in vigilando*, que faz referência ao dever de vigiar dos pais, cabe indenização, independentemente de culpa, se porventura o adolescente ou a criança na prática de ato ilícito causar dano a outrem.⁸

No caso em tela é importante observar sobre o autor menor de 18 anos: de acordo com o Código Civil, o artigo 932, inciso I, prevê que os pais, ainda que sem culpa, serão considerados responsáveis pela reparação civil quando estiverem sob sua companhia e autoridade.⁹

O *bullying*, como definido anteriormente, é uma modalidade de violência ocorrida no ambiente escolar: para tanto deve ser proibido, pois leva as suas vítimas a consequências que afetam a sua saúde física e psicológica.

Dependendo agressão sofrida pela vítima, cabe ao praticante do *bullying*, além das consequências previstas no Código Civil de 2002, a tipificação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 103.¹⁰ Dessa forma, a medida a ser aplicada ao adolescente levará em consideração a gravidade da infração.¹¹

Com o advento da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de combate à Intimidação Sistemática, há a definição de *bullying* conforme prevê o artigo 1º, parágrafo 1º:

Art. 1º, § 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

III - ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (Constituição Federal de 1988).

⁸ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (Código Civil de 2002)

⁹ Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; (Código Civil de 2002)

¹⁰ Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. (Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

¹¹ Art. 112, § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. . (Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

A lei supracitada tem aplicação em todo o território nacional. Contudo, não basta ter no ordenamento pátrio mecanismos legais de prevenção e combate ao *bullying* se os indivíduos não exercem a cidadania e respeitam o seu próximo, de modo a aceitá-lo e não discriminá-lo em suas diferenças.

Diante disso, o *bullying* somente será controlado a partir da conscientização dos jovens e crianças quanto aos prejuízos causados às vítimas, de modo a sedimentar a ideia de que o *bullying* ultrapassa os limites de uma brincadeira saudável e condizente com a interação social e aceitação no grupo. Mais ainda, cabe aos pais e educadores a orientação e acompanhamento do comportamento destes jovens e crianças, de modo a estimulá-los a desenvolver condutas que os levem a buscar o respeito, a aceitação das diferenças e principalmente, o autocontrole diante das frustrações e fracassos encontrados durante a trajetória escolar.

Conclusão

Pelo exposto, percebe-se a dificuldade enfrentada pela escola diante da violência, conhecida como o termo *bullying*, que acomete as crianças e os jovens no ambiente escolar. De fato, os docentes, além de transmitir conhecimentos técnicos, também devem estimular a prática da cidadania, através da conscientização do respeito, do estímulo na superação das frustrações, favorecendo o bem comum, com a aceitação do outro, sem preconceitos.

Para que o exercício da cidadania seja atingido no âmbito escolar, há a necessidade do apoio familiar, onde acontece o primeiro contato das crianças e adolescentes no convívio social. É no seio da família que o jovem aprende a partilha e a aceitação do outro, de modo a promover o respeito capaz de levar à paz e à harmonia social. Desta forma, a família não deve delegar à escola a formação juvenil, mas contribuir para que, quando esta criança se expuser ao convívio social mais amplo, seja um colaborador no desenvolvimento do bem comum.

No que tange ao desenvolvimento da tecnologia da informação, é comum um jovem ou uma criança fazer uso do celular, inclusive no ambiente escolar. Desse modo, surgiu uma nova modalidade de *bullying*, o *ciberbullying*, ou *bullying* virtual, capaz de admoestar a sua vítima em uma velocidade muito maior do que o próprio *bullying*. É necessário ressaltar que, tanto o *bullying*, quanto o *ciberbullying*, ultrapassam os limites de uma simples brincadeira, pois não é admissível que a vítima dessas ações sofra com consequências físicas e psicológicas capazes de afastá-la do ambiente escolar por medo.

Assim, a desejável parceria entre a família e os professores-educadores será fundamental na superação deste fenômeno que desafia crianças, adolescentes, jovens e adultos na construção de uma autêntica cidadania nos dias atuais, caracterizados pela presença ambígua das novas possibilidades tecnológicas.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ABRAMOVAY, Miriam. *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo. *Direito Administrativo descomplicado*. 18. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ALKIMIN, Maria Aparecida; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. *Bullying nas escolas de acordo com o código civil e com o estatuto da criança e do adolescente*. Campinas: Alínea, 2012.

ARENDDT, Hannah. *The Original of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt Brace Javanovitch, 1993.

ARNESEN, Erik Saddi. *Educação e Cidadania na Constituição Federal de 1988*. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/lino/Downloads/Dissertacao_Erik_Saddi_Arnesen_FAC_DIREITO.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria geral da cidadania, a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais*. São Paulo: Saraiva. 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 jul. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. Lei nº 13.185 de 6 nov. 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRITO, Álvaro de Azevedo Alves. Cidadania, à luz de Aristóteles, Hobbes, Weber e Marshall. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3147, 12 fev. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21042>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1993.

DINIZ, Maria Helena. Cidadania. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 3.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELO, Getúlio Costa. Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13959>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MENESES, Elcio Resmini. *Medidas sócio-educativas: uma reflexão jurídico-pedagógica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2007.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.